

Este número da revista *Cadernos Cenpec*, “Educação Infantil: entre avanços e desafios”, vem em momento oportuno. São vários os elementos que indicam que o Brasil tem caminhado na direção de consolidar a educação infantil no campo do direito à educação tanto quando se observa a legislação, o Plano Nacional de Educação (PNE), programas governamentais e também o número de crianças matriculadas, que vem crescendo exponencialmente. Esses avanços encontram limites, dificuldades e desafios. Os artigos aqui publicados contribuem para situar o momento atual de implementação das políticas dessa etapa da escolaridade enfocando avanços e sugestões, e apresentando e discutindo fatores que dificultam a plena garantia do direito das crianças à educação infantil. Quando se analisam as pesquisas e experiências aqui publicadas, infere-se que essa garantia depende em muito da disseminação e concretização de um padrão de qualidade no âmbito da sociedade e do Estado.

A entrevista deste número é com Rita Coelho, coordenadora da Coordenação-Geral de Educação Infantil (Coedi), do Ministério da Educação. Rita trata dos avanços e desafios da educação infantil no Brasil nos anos mais recentes, explorando a ideia de luta e as contradições da sociedade diante da busca de uma qualidade de educação infantil que contribua para a diminuição da desigualdade escolar e social. Para a entrevistada, como exemplos de avanços no país na implementação do direito das crianças a essa etapa da escolaridade podem ser citados a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a atualização das Diretrizes Curriculares, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e o próprio lugar que a educação infantil tem ocupado no MEC. No que tange aos desafios, Rita se refere sobremaneira à dificuldade de consolidação, na prática, de uma concepção de qualidade condizente com marcos legais. Afirmar que essa dificuldade se reporta a muitos fatores, tais como a ausência de conteúdos específicos na formação inicial dos professores, o não reconhecimento da capacidade da criança desde a tenra idade, a violência contra a infância e a deficiência das secretarias de educação para formular e executar a política de educação para as crianças pequenas. Afirmar ainda ser necessário fortalecer o lugar da educação infantil no MEC e, para além dele, em outras instituições que tratam das políticas públicas em âmbito federal.

Ana Teberosky e Maria Josep Jarque inauguram a seção dos artigos que compõem o especial com o texto “Interação e continuidade entre a aquisição da linguagem e a aprendizagem da leitura e da escrita”, no qual discutem o desenvolvimento linguístico de crianças pequenas. As autoras partem de estudos que mostram que a leitura em voz alta para crianças pequenas por adultos

influencia de forma significativa a aquisição de competência linguística oral. Debatem em qual sentido o conhecimento do vocabulário e as estruturas linguísticas que o incluem contribuem para o desenvolvimento linguístico das crianças pequenas.

Em “A educação infantil no Brasil: desenvolvimento e desafios ao longo da história”, Simone Oliveira de Andrade Silva apresenta um instigante levantamento histórico do atendimento à criança pequena no país com a intenção de relatar os debates, conquistas e transformações que ocorreram ao longo dos anos. A partir do levantamento, feito com base em estudos e pesquisas, legislação e políticas públicas (especialmente do município de São Paulo), a autora frisa que coexistem na área conflitos, avanços e conquistas, sendo importante reconhecer esses últimos no processo de constituição e fortalecimento da educação infantil. Entre os desafios postos, Simone aponta a superação do caráter assistencialista com a consideração da criança como sujeito de direitos e a integração entre o ensino, o brincar e o cuidar.

O texto de Elsa Santana dos Santos Lopes, “Os conflitos, barreiras e conquistas das relações de gênero na educação infantil”, traça um resgate histórico da educação infantil em leis e documentos da educação no Brasil tendo como recorte a ótica de gênero. A autora afirma que, apesar de no período analisado ter havido avanços no tema em questão, a legislação e documentos oficiais analisados tratam de forma tímida a importância do trabalho e do olhar para a educação infantil sob o viés de gênero.

Em “Formação continuada: visão dos gestores de creche na região de Presidente Prudente/SP”, Carolina Foschi Christo, Bruna Omito Ferreira e Célia Maria Guimarães discutem a visão que gestores de creches municipais apresentam sobre formação continuada. O trabalho apresenta achados parciais do projeto de pesquisa “(Des)caminhos da educação da infância na região de Presidente Prudente – SP: políticas necessárias para um atendimento de qualidade”, vinculado ao Fórum Regional Permanente de Educação da Infância (Forpedi). Os autores recorrem à literatura para contextualizar alguns dos principais desafios na promoção do direito à educação infantil, entre eles a formação de gestores que atuam nessa etapa da educação básica. Defende-se que a formação seja orientada pelo papel que se espera ser desempenhado pelos gestores nas instituições. A pesquisa consistiu na aplicação de questionários junto a gestores de creches (orientadores pedagógicos, diretores, supervisores e coordenadores) de 32 municípios dos polos regionais da Undime de Presidente Epitácio e Presidente Prudente com a intenção de traçar um

quadro da formação continuada desenvolvida pelas escolas e municípios. Para o artigo, foram apresentadas as questões relacionadas à concepção de formação continuada.

Analisar o conteúdo da Meta 1 (universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE) do novo PNE, sobretudo no que se refere à efetivação do direito de acesso à educação infantil de qualidade, é o objetivo de Salomão Ximenes e Ananda Grinkraut em “Acesso à educação infantil no novo PNE: parâmetros de planejamento, efetivação e exigibilidade do direito”. Os autores contextualizam o texto da meta em seus aspectos político e jurídico, discutem o contexto de exigibilidade do direito à educação infantil em que se insere o Plano e afirmam a necessidade de estabelecer indicadores e parâmetros transparentes e socialmente válidos para o cálculo da meta.

Valéria Virgínia Lopes, Ananda Grinkraut e Míghian Danae Ferreira Nunes apresentam o artigo “Os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* e a política de avaliação”, que discorre sobre a proposta de uso acompanhado dos *Indicadores* em um município do estado de São Paulo. Os *Indicadores* configuram um instrumento de autoavaliação de escolas e têm o potencial de orientar políticas públicas de educação. O acompanhamento do uso do instrumento teve entre seus objetivos a intenção de colaborar na formulação de uma política de avaliação nacional da educação infantil, tal como definida no novo PNE. O artigo traz elementos interessantes para contribuir com o atual debate da avaliação da educação infantil.

Na seção Crítica e Sistematização, o texto de Ana Maria Leite e Maria Lúcia Medeiros, “Brincar na escola: caminhos e escolhas” se baseia na experiência do projeto “Brincar: educação infantil”, desenvolvido pelo Cenpec em parceria com a Fundação Volkswagen, coordenado pelas autoras. Ao refletir sobre a importância da brincadeira na educação infantil e as práticas para a garantia do direito ao brincar, compartilha-se a experiência de formação continuada de educadores desenvolvida no âmbito do projeto, tida como caminho que permite compreender melhor o universo da brincadeira.

Em “Projeto Paralapraca: uma experiência de formação de formadores e (trans) formação da educação infantil”, Maria Thereza Marcilio e Mônica Martins Samia compartilham o percurso e os resultados do projeto que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação infantil por

meio de ações de formação continuada de coordenadores pedagógicos que atuam como formadores dos educadores. O modelo que baseia as formações é o de tematização da prática, no qual situações reais são tematizadas para engendrar mudanças. Os resultados do projeto mostram que os coordenadores têm fortalecido a dimensão pedagógica e formativa de seu papel junto aos professores.

Boa leitura!